

Capítulo 31 - DOI:10.55232/1082022.31

**ROSA LUXEMBURGO E SILVIA FEDERICI: UM DIÁLOGO
SOBRE A LUTA DAS MULHERES PROLETÁRIAS E O
PAPEL DO ESTADO NA SOCIEDADE CAPITALISTA**

Rosilene Alves da Silva Vitorini

RESUMO: O presente artigo discute de forma breve, as contribuições do pensamento das autoras Rosa Luxemburgo e Silvia Federici, voltadas a uma reflexão crítica sobre aspectos relacionados diretamente ao contexto político, social e histórico da luta das mulheres. O objetivo do estudo é refletir sobre uma possível confluência de ideias a partir das obras das autoras, tendo como premissa a influência do Estado na sociedade capitalista e os resultados para a vida social das mulheres da classe proletária. Além de Luxemburgo (2018) e Federici (2019, 2021), foram realizados estudos com referências nas obras de autores como Engels (2008, 2019), Marx (2008) entre outras e outros. Após a análise dessas obras, foi possível identificar a importância da ação das mulheres na busca por mudanças sociais; o processo de formação do Estado e as consequências para as mulheres; a relação entre reforma e revolução a partir de um olhar feminino. Constatou-se a necessidade de ampliar o debate sobre a valorização da participação das mulheres da classe trabalhadora, na luta diária e histórica contra as opressões impostas pela formação, consolidação e continuidade de um Estado onde os interesses capitalistas prevalecem.

Palavras-chave: Mulheres, Estado, Sociedade.

INTRODUÇÃO

As reflexões sobre as lutas das mulheres e a função do Estado, têm sido intensificadas nos últimos tempos, principalmente em razão de importantes mudanças no contexto das legislações e dos números alarmantes de atos de violências contra as mulheres, os quais escancaram de forma recorrente a estrutura social capitalista de base patriarcal.

Nesse cenário, o debate volta-se para as diversas formas de opressão vivenciadas pelas mulheres na sociedade capitalista, em especial, para as mulheres da classe trabalhadora, da periferia dos centros urbanos, as camponesas, as indígenas, as quilombolas, entre tantas outras, invisibilizadas, silenciadas, desvalorizadas. Os estudos da história das lutas de classe, devem perpassar pela luta dessas mulheres.

Para compreender os objetivos dessa luta diária e histórica, é necessário antes, entender a relação direta entre Estado e os modos de produção, o que envolve consequentemente relações de poder para a manutenção do *status quo*.

O presente trabalho constitui uma breve abordagem a respeito do pensamento da filósofa e economista marxista Rosa Luxemburgo e a filósofa e ativista feminista Silvia Federici, além de outras e outros pensadores, e as contribuições para uma análise crítica referente ao campo da luta de classes, especificamente no contexto das mulheres proletárias, a partir da formação e intervenções do Estado, por meio de um estudo bibliográfico de abordagem qualitativa.

Para isso, na primeira etapa do trabalho, aborda-se os fatores que estão diretamente ligados no processo da concepção do Estado, reforma e revolução e os direitos das mulheres, a partir das contribuições dos estudos sociais de Luxemburgo. Em seguida, discute-se a partir do contexto social e histórico, as circunstâncias de exploração do trabalho, característica fundamental e base para o capitalismo, e que imprime marcas na trajetória da luta das mulheres trabalhadoras, considerando o pensamento de Federici, numa perspectiva de transformação mediante a compreensão das condições de opressão.

AS IDEIAS DE ROSA LUXEMBURGO E O PROCESSO DE FORMAÇÃO DO ESTADO A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA FEMININA MARXISTA.

Ao longo da história, as teorias referentes à função do Estado passaram por várias concepções, desde uma administração voltada para a imposição de estabilidade de conflitos, a partir de um modelo de sistema político, onde o Estado concentrava todo o poder, e articulava as ações de acordo com seus interesses, até modelos onde enfatizava o papel do Estado como promotor das liberdades individuais e do direito à propriedade. São visões polarizadas quanto à interferência do Estado na sociedade, mas que convergem em determinados pontos, segundo as críticas da teoria marxista.

O Estado nas concepções de base absolutista ou de base liberal, é considerado imparcial e/ou equânime diante do conjunto social. Porém, para Marx (2008), na prática social e histórica, o que acontece é exatamente o oposto, o Estado se coloca como representante e ratificador dos interesses da classe dominante, inclusive com aparatos legais e ideológicos. Neste sentido, para a teoria marxista, o Estado sendo instrumento de interesses e dominação específico de uma classe, provoca os conflitos, e conseqüentemente, a luta de classes. Ainda segundo a teoria marxista, é a luta de classes que faz o movimento da história, tendo como resultado as transformações nas sociedades, sejam essas para a manutenção da conjuntura de hierarquização e opressão, sejam para a busca de melhoria nas condições de existência.

Partindo da teoria marxista, frente às inquietações basilares sobre as estratégias mais eficazes para promover mudanças do contexto social e político capitalista, para um contexto social de equidade entre as classes, Rosa Luxemburgo (2018) fomenta as reflexões e os debates referentes às propostas de reforma ou revolução. Neste sentido a autora:

[...] defende a ideia de que reforma e revolução não se opõem, mas que a luta por reformas é a maneira de educar politicamente o proletariado, de levá-lo a adquirir consciência de classe. No entanto, as reformas não alteram o caráter básico do capitalismo, nem resolvem suas contradições. (LUXEMBURGO, 2018. p. 36).

Segundo a pensadora, as reformas seriam como “recursos didáticos” de formação da classe trabalhadora, uma das etapas de nova configuração social. Mas, não poderia-se limitar o processo apenas nas reformas. Cabe notar que a filósofa recebeu inúmeras críticas pela defesa de suas ideias, inclusive de seus companheiros de luta. Necessário também observar que o pensamento de Rosa não foi linear em sua trajetória de produção científica, assim como a maioria das e dos principais pensadores. Isso não significa que sua obra foi contraditória na linha de defesa e na sua prática de luta junto aos movimentos da classe operária, mas que houve aprofundamento e revisões ao longo do tempo, resultantes do processo de maturidade e das experiências compartilhadas e/ou vivenciadas.

Rosa demonstravam uma forma de pensar um pouco diverso dos seus companheiros contemporâneo de luta, no que tange sobre a teoria que deveria partir do contexto social das trabalhadoras e dos trabalhadores, ou seja, não poderia ser uma teoria descolada da prática social, nem ter um status de imposição dos preceitos teóricos sobre a prática. Além disso, em muitos aspectos da sua obra, a autora defende que a luta, que a revolução social de fato só poderia ocorrer a partir da mobilização da classe do proletariado conforme pode-se observar no trecho a seguir:

A luta cotidiana prática por reformas sociais, pela melhoria da situação do povo trabalhador no próprio quadro do regime existente, pelas instituições democráticas, constitui, mesmo para a social-democracia, o único meio de travar a luta de classe proletária e de trabalhar no sentido de atingir o objetivo final: a conquista do poder político e a abolição do sistema de assalariamento. Para a social-democracia existe uma conexão indissolúvel entre as reformas sociais e a revolução: a luta pelas reformas sociais constitui o meio, mas a revolução social constitui o fim. (LUXEMBURGO, 2018. p. 37).

Para Luxemburgo, a prática da luta cotidiana impulsiona as reformas sociais, a qual é um processo, uma etapa importante para a revolução. De acordo com essa compreensão, é na vivência do dia a dia que se tem contato direto com as contradições do sistema capitalista, um sistema opressor, desigual entre os sujeitos. Considerando a premissa em que as reformas contribuem para a consciência de classe, da classe operária, seria então relevante pensar quais são os fatores intrínsecos nessa consciência. Entre eles estaria a questão do valor do trabalho, as relações de trabalho, e a divisão social do trabalho, todos transpassados pela contradição do pensamento capitalismo.

Todos esses fatores intrínsecos na formação da consciência da classe trabalhadora também podem estar relacionados à questão da formação da consciência da luta das mulheres, não no sentido que as reivindicações feministas sejam separadas da luta de classe, mas no centro dessas lutas deve se valorizar a atuação das mulheres proletárias, periféricas, camponesas, negras, indígenas, ou seja, para além do debate econômico, ampliando-se para as questões políticas, históricas e culturais.

A espetacular sacudida política e sindical das massas do proletariado feminino nos últimos quinze anos apenas se tornou possível porque as mulheres do povo trabalhador, apesar de serem privadas de direitos, tomam parte ativa na vida política e nas lutas parlamentares de sua classe. (LUXEMBURGO, 2018. p. 104).

É interessante observar que Rosa Luxemburgo não fazia parte dos movimentos feministas da sua época, porém em alguns textos escreveu sobre os direitos das mulheres em votar. Ao defender a consciência de classe a partir das experiências da classe operária sua teoria contribui grandemente para a reflexão sobre os percursos de formação da consciência crítica e

social das mulheres. Nota-se que não estamos falando dos movimentos feministas das mulheres burguesas, e que seria uma contradição defender a ideia de um movimento feminista hegemônico. De acordo com a pensadora:

[...] as mulheres do proletariado são economicamente autônomas, elas são produtivamente ativas para a sociedade na mesma medida que os homens. Não no sentido de que ajudam o homem, por meio do trabalho doméstico, a garantir, com um salário exíguo, a existência diária da família e a educar as crianças. Esse trabalho não é produtivo no sentido da ordem econômica capitalista de hoje, ainda que ele possa, por meio de milhares de tantos e tão variados esforços, constituir uma gigantesca contribuição em termos de autossacrifício e dispêndio de forças.[...]. Como produtivo vale – enquanto durarem a dominação do capital e o sistema salarial – apenas aquele trabalho que cria mais-valia, que dá origem ao lucro capitalista. [...] Isso parece absurdo e desumano, mas corresponde exatamente à brutalidade e absurdidade da atual ordem econômica capitalista, e apreender essa verdade brutal de modo claro e aguçado é a primeira necessidade para as mulheres proletárias. (LUXEMBURGO, 2018. p.109).

O ordenamento econômico capitalista, voltado para os interesses de acumulação de capital e amparado pelo aparelhamento do Estado, faz com que as mulheres das classes trabalhadoras e periféricas do sistema social sejam duplamente exploradas, conforme pode-se notar na afirmação acima. São exploradas no contexto produtivo, assim como os homens, mas também são exploradas pelo sistema nas funções domésticas e de cuidados, conforme será analisado a seguir nas contribuições de Federici.

A LUTA DAS MULHERES DA CLASSE PROLETÁRIA, CONSIDERANDO O PENSAMENTO MARXISTA, NAS OBRAS DE FEDERICI

A história deve ser vista e estudada de forma dialética, que avança em alguns aspectos, mas que tem retrocessos em outros. A história da luta das mulheres trabalhadoras também passa por essa forma dialética de construção histórica. Partindo da ideia de propriedade privada e relações de poder, pode-se afirmar, a partir das contribuições de Engel (2019) fundamentadas nos estudos de Morgan, que a exploração e a subordinação das mulheres ratifica-se com a ideia de propriedade privada. Em uma análise do texto intitulado “A revolução será feminista, ou não será!” da escritora e jornalista Elaine Bezerra, pode-se observar as seguintes observações no pensamento de Engels e Marx:

Friedrich Engels, em A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado, afirma que a primeira opressão de classe dá-se com a opressão do masculino sobre o feminino. [...] No entanto, para Marx, embora a propriedade seja o elemento fundante

da sociedade de classes, é a partir da organização do modo de produção que ele vai basear sua análise, derivando daí a opressão da mulher dentro do capitalismo.[...]. Sinteticamente, pode-se dizer que, para o pensamento marxista, a origem da opressão da mulher tem origem com: a propriedade privada, a família e a exploração do trabalho assalariado. Dá-se, assim, uma articulação entre exploração e opressão, funcional para a reprodução da sociedade de classes. (BEZERRA, 2020. p.54).

Nesse sentido, para a autora, há uma complementação entre o pensamento de Engels e Marx, no sentido que tanto a questão da propriedade privada como a questão das relações de trabalho promovem a opressão, a qual é estratégica para a continuidade e a reprodução da sociedade capitalista.

É importante colocar a relação direta e indireta do papel do Estado para a manutenção e a continuidade nesse contexto opressor principalmente para as mulheres mais vulneráveis socioeconomicamente. A reprodução da sociedade de classes citada pela autora não corresponde apenas a geração de novos trabalhadores, mas também em proporcionar as condições básicas de subsistência, de cuidados tanto das novas gerações quanto dos mais idosos, de transpor uma responsabilidade que seria do Estado para as mulheres. Cabe ressaltar, como já observado anteriormente, que a história é dinâmica, dialética, tendo suas contradições e evoluções, ou seja, atualmente é possível observar contextos familiares onde as tarefas da casa e do cuidado com os filhos, são compartilhados, porém ainda de forma geral, essas atribuições são vistas, de forma estrutural e culturalmente, como responsabilidade das mulheres.

Segundo o IBGE¹ (2010), 37,3% das famílias no Brasil tinham as mulheres como principais responsáveis pelo sustento. É provável que no próximo censo esse percentual seja maior, considerando as atuais crises políticas e econômicas que proporcionaram a formação de um excedente de mão de obra desempregada. As mulheres em situações de escassez de recursos para subsistência de suas famílias, submetem-se a trabalhos informais ou com redução de seus salários.

Além disso, a maioria dessas mulheres enfrentam todos os dias desgastes físicos, emocionais e psicológicos devido às condições dos trajetos entre a casa e o trabalho, o qual pode se mostrar como um ambiente de violência. Os meios de transportes públicos muitas vezes também não são ideais, apresentam-se superlotados, com itinerários que aumentam o tempo de deslocamento dessas trabalhadoras, com alto valor das taxas para o serviço prestado, falta de vagas nas creches em tempo integral para deixar os filhos, etc.

¹Fonte: IBGE (2010).

Enfim, somente nesses poucos exemplos das condições de remuneração, de deslocamento, de violência e de oferta de serviço público, pode-se visualizar ação ou omissão do Estado, as quais influenciam diretamente nas condições de vida das mulheres da classe trabalhadora, e mais especificamente nas formas como elas se organizam para produzir a existência.

As relações de produção e as demais relações sociais, como na família, na religião, entre outras, possuem uma conexão entre si. Fazendo uma crítica às relações de produção capitalista e as práticas do chamado socialismo burguês, Marx (2008) afirma:

Uma segunda forma desse tipo de socialismo, menos sistemática porém mais prática, tenta tirar da classe operária o gosto por todo movimento revolucionário, afirmando que o que lhe pode ser útil não é tal ou qual mudança política, mas somente uma mudança das condições materiais de vida, das condições econômicas. Por mudança das condições materiais de vida, esse socialismo não entende, de modo algum, a abolição das relações burguesas de produção, só possível por via revolucionária, mas melhoras administrativas a serem realizadas no âmbito das mesmas relações de produção; que, portanto, não mudam nada na relação entre capital e trabalho assalariado e, quando muito, diminuem os custos da dominação para a burguesia e simplificam o trabalho administrativo de seu Estado. (MARX, ENGELS. 2008. p. 58).

De acordo com Marx (2008), as mudanças na estrutura social de fato, só poderiam ocorrer com a revolução, mas essa não era prática defendida pelos chamados socialistas burgueses, os quais acreditavam que bastaria haver reformas das estruturas econômicas e políticas. É interessante pensar que esse movimento revolucionário do pensamento marxista também é defendido por Luxemburgo e por Federici. De acordo com Marx (2008), o capitalismo obtém vantagens para sua manutenção e expansão nas crises, o que a princípio parece contraditório pois, exatamente nas crises econômicas e políticas que há um excedente de produção, mas também um excedente de mão de obra, o que impulsiona a revisão por exemplo, de direitos trabalhistas e previdenciários, a desvalorização da renda básica das famílias da classe proletária, o aumento no endividamento, gerando juros e aumentando das riquezas e poder da classe burguesa. Nestes momentos de crise e de acentuação da violência física e simbólica do Estado, para manter os privilégios de uma classe sobre a outra, é necessário efetivar soluções para alterar o percurso dessa realidade opressora. Federici (2019) aponta alguns critérios importantes para o desdobramento da revolução, valorizando a atuação das mulheres nesse processo de transformação social:

[...] o ponto zero é tanto um local de perda completa quanto um local de possibilidades, pois só quando todas as posses e ilusões foram perdidas é que somos levados a encontrar, inventar, lutar por novas formas de vida e reprodução. Neste sentido, falar de “o ponto zero da revolução” é tanto o reconhecimento de realidades

vivas quanto um chamado para uma política de reversão na qual as mulheres desempenham um papel especial como principais sujeitos da reprodução de sua comunidade. (FEDERICI, 2019. p. 15).

Para a pensadora, se para o capitalismo os contextos de crise fazem o aumento de capital dos burgueses, para a classe trabalhadora é o momento propício e crucial para a revolução, em todos os aspectos sociais. O ponto zero pode ser o nada a fazer, a derrota, o fim, ou a contagem regressiva para um recomeço, para a revolução, e isso depende fundamentalmente da formação da consciência crítica da classe trabalhadora, a qual as mulheres dessa classe têm um papel estratégico.

É no limite do “ponto zero” que se concentram as práticas mais intensas de violência e exploração com origens nas crises econômicas e políticas. Enfim, para Federici (2021), não é possível a transformação de um contexto de opressão e exploração, sem a mudança radical do modo de produção capitalista e da relação entre os sujeitos:

Muito mais importante para a política feminista que qualquer projeção ideal de uma sociedade pós-capitalista são a crítica implacável de Marx à acumulação capitalista e o método elaborado por ele, a começar pela leitura do desenvolvimento capitalista como resultado de relações sociais antagônicas. [...] o Marx que nos interessa é o teórico da luta de classes, que recusou qualquer programa político que não fosse enraizado em possibilidades históricas reais. (FEDERICI, 2021.p. 96).

Apesar das críticas de parte dos movimentos feministas em relação à abordagem marxista não especificar as questões direcionadas às mudanças na configuração das famílias e das relações entre homens e mulheres, Federici faz uma observação importante quanto a contribuição da essência dessa teoria para fundamentar as reflexões e compreender a materialidade da realidade das mulheres.

CONSIDERAÇÕES

Apesar de não viverem na mesma época e contexto histórico, Rosa Luxemburgo e Silvia Federici estabelecem um diálogo similar e aproximado sobre a luta das mulheres proletárias e o papel do Estado na sociedade capitalista. Ambas fundamentam suas reflexões a partir da obra de Marx, e compreendem que as mudanças de fato somente ocorrerão por via revolucionária.

A partir das obras citadas, foi possível entender a influência direta do Estado nas condições e na definição dos papéis dos sujeitos na estrutura social. Verificou-se que apesar das diversas concepções de formação do Estado, este sempre estará alinhado aos interesses da classe

burguesa dentro do modo de produção capitalista, ou seja, nesta prática social as hierarquias e as desigualdades prevalecem, entre as classes e entre os sujeitos, considerando as questões de gênero, classe e raça.

Diante desse debate, fundamentado na formação e no papel do Estado, com base nas obras consultadas, reconhece-se que o conceito de sociedade é diferente nos diversos tempos históricos, e que a luta de classes perpassa pelos interesses e pelas relações de poder as quais estão interligadas no interesse de acumulação do capital. Para que haja o progressivo aumento no processo de acumulação, o sistema de produção capitalista utiliza-se de estratégias como por exemplo a exploração da mão de obra da classe proletária ou mesmo de violências físicas e simbólicas, estratégias essas que impactam diretamente na vida das mulheres dessa classe.

A partir das contribuições das autoras e autores consultados para este estudo, foi possível visualizar possibilidades de romper com paradigmas que remetem a inércia dos movimentos que buscam transgredir as estruturas do capitalismo. Cabe notar que o sistema capitalista é um modo de produção no qual a força de trabalho é vista como mercadoria e é remunerada para sua reprodução. O que as autoras destacadas para este estudo defendem é que exatamente nesse processo de reprodução, ou seja, no suporte e muitas vezes na subsistência da mão de obra que produzirá a mais-valia para acumulação de capital, que está centralizada a mulher. E quando essa mulher é da classe operária, além do papel de suporte do processo de formação de mão de obra, ela também é explorada na venda da sua força de trabalho, nas fábricas, nas empresas, no campo, etc.

Enfim, o estudo buscou destacar a importância da conscientização crítica dessas mulheres, para que a transformação real da sociedade opressora e que objetivo de ruptura, sejam de fato conquistados, de acordo com Rosa e Silvia, por meio da revolução.

REFERÊNCIAS

BEZERRA, E. A revolução será feminista, ou não será! In: Os desafios do feminismo marxista na atualidade. Chapecó, Coleção marxismo21, 2020.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. São Paulo: Boitempo, 2019.

FEDERICI, S. O Ponto Zero da Revolução: Trabalho Doméstico, Reprodução e Luta Feminista. São Paulo: Elefante, 2019.

FEDERICI, S. O Patriarcado do Salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo. São Paulo: Boitempo, 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Censos 2010. Proporção de famílias com mulheres responsáveis pela família (%). Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/index.html?loc=0&cat=-15,-16,-17,-18,128&ind=4704> Acesso: 20/12/2021.

LUXEMBURGO, R. Reforma ou revolução? São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MARX, K; ENGELS, F. O manifesto do partido comunista. São Paulo Expressão Popular, 2008.